

COMITÊ DAS PRESTADORAS DE PEQUENO PORTE - CPPP
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 9 de agosto de 2024.

HORÁRIO: 09h30 às 11h30 e 14h30 às 17h30.

LOCAL: Agência Nacional de Telecomunicações – SAUS Quadra 06, Bloco H, 11º Andar, Ala Norte. Além disso, houve videoconferência por meio do software Microsoft Teams.

MEMBROS EFETIVOS DO CPPP PRESENTES:

- 1- Artur Coimbra de Oliveira, Conselheiro da Anatel e Presidente do CPPP;
- 2- Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel – SPR e Secretário do CPPP;
- 3- Fabiano André Vergani, representante da INTERNETSUL;
- 4- Jony Cruz, representante da ABRAMULTI;
- 5- Mauricélio Lucas de Oliveira Júnior, representante da ABRINT;
- 6- Rodrigo Schuch Wegmann da Silva, representante da ASSOCIAÇÃO NEO;
- 7- Sergio Mauro da Silva Maia, representante da ABRASAT (participação remota);
- 8- Irani Cardoso da Silva, Superintendente de Relações com Consumidores – SRC, Substituta;
- 9- José Borges da Silva Neto, Superintendente de Competição – SCP;
- 10- Vinicius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação – SOR.

OUTROS PARTICIPANTES:

- 1- Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinália, Conselheira Substituta da Anatel;
- 2- David de Oliveira Penha, Ministério das Comunicações;
- 3- Aníbal Diniz, representante substituto da ASSOCIAÇÃO NEO;
- 4- Evandro Antonio Ramos Terra Varonil de Sousa, representante substituto da ABRINT (participação remota);
- 5- Mauro Wajnberg, representante substituto da ABRASAT (participação remota);
- 6- Robson Lima da Silva, representante substituto da ABRAMULTI;
- 7- Danielle Toscano e Hermida Jarjour, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 8- Otto Fernandes Solino, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;

- 9- Rafael Andrade Reis de Araújo, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 10-Yroá Robledo Ferreira, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 11-Alex Pires de Azevedo, Gabinete da Conselheira Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinália (participação remota);
- 12-Daniel de Andrade Araújo, Gabinete da Conselheira Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinália;
- 13-Fábio Badra, Presidente da InternetSul;
- 14-Guilherme Schmitz, Associação Catarinense de Provedores de Internet – Apronet;
- 15-Luiz Henrique Barbosa da Silva, TELCOMP;
- 16-Rodrigo Oliveira, Associação dos Provedores do Brasil – Aspro;
- 17-Alan Ricardo, Associação dos Provedores do Brasil – Aspro;
- 18-Rodrigo Meinberg, CEO da Skeelo;
- 19-Philippe Augusto, Head de Novos Negócios da TP-LINK;
- 20-Jackson Jia, Head de Produtos da TP-LINK;
- 21-Carlos Santos, Gerente de Engenharia da TP-LINK;
- 22-Davison Gonzaga da Silva, Gerente de Certificação e Numeração – ORCN (participação remota);
- 23-Geovane Carvalho, prestadora Reitec Fibra (participação remota);
- 24-José Maria de Lucena, prestadora Link Cariri (participação remota);
- 25-Paula Fontelles do Valle, Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação – SOR.
- 26-Kim Moraes Mota, Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação – SOR.
- 27-Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV;
- 28-Hélio Mauricio Miranda da Fonseca – Gerência de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV;
- 29-Paulo Henrique Martins – Gerência de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV;

ASSUNTOS:

1. Abertura

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP**, abriu a reunião, agradecendo a presença dos membros do Comitê e dos demais participantes. Ele anunciou que a reunião teria uma dinâmica diferente das anteriores, sendo dividida em dois turnos: pela manhã, a TP-Link faria uma apresentação para demonstrar seus equipamentos Wi-Fi 7, enquanto à tarde a reunião prosseguiria com os tópicos usuais.

2. Apresentação da TP-Link

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para os representantes da TP-Link apresentarem mais informações sobre seus equipamentos Wi-Fi 7.¹

Finalizada a apresentação, o **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para que os participantes fizessem questionamentos e comentários sobre os equipamentos. O Presidente ressaltou que o objetivo da Anatel não é dificultar e nem encarecer a entrada de produtos no mercado, muito pelo contrário, em razão disso, seria importante receber um feedback por parte das prestadoras e fabricantes, para buscar soluções para o mercado brasileiro.

Encerrada a etapa de questionamentos, o Presidente do CPPP anunciou que a reunião teria um intervalo e que os trabalhos seriam retornados no período da tarde.

3. Intervalo

A reunião teve um intervalo das 11h30 às 14h30.

4. Retomada da Reunião

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** reiniciou a reunião, anunciando as seguintes novidades do setor de telecomunicações:

- Lançamento do sistema “Defesa Civil Alerta”: em 2022, a Anatel determinou que as operadoras de telefonia móvel aprimorassem o sistema de notificações de desastres, por meio da tecnologia Cell Broadcast. A nova funcionalidade, chamada Defesa Civil Alerta, enviará mensagens de texto avisando sobre a iminência de desastres naturais ou causados pelo homem. Esta ferramenta complementa outras já utilizadas, como SMS, TV por Assinatura, WhatsApp, Telegram e Google Public Alerts. Além de mensagens de texto, serão enviados alertas sonoros para os aparelhos, ainda que eles estejam no modo silencioso. Os alertas serão enviados a todos os aparelhos conectados às redes móveis 4G e 5G, situados em áreas de risco identificadas pela Defesa Civil. Não será necessário cadastro prévio para receber as notificações.
- Na 934ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, de 4 de julho de 2024, o Conselho Diretor aprovou a proposta de alteração do Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações (Resolução Anatel nº 740/2020). Com esta aprovação, todas as Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo, independentemente do porte, devem cumprir o art. 8º do R-Ciber, o qual visa mitigar vulnerabilidades nos equipamentos cedidos aos consumidores dos serviços de telecomunicações.

¹ O pedido de incluir esse item na pauta do CPPP partiu da Abramulti.

5. Apreciação das atas das reuniões anteriores

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** questionou os membros se eles gostariam de fazer observações ou correções em relação à minuta da ata da 18ª Reunião Ordinária, que foi previamente distribuída.

Não havendo correções, a Ata foi aprovada por unanimidade.

6. Apresentação, discussão e deliberação sobre os relatórios:

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para as associações realizarem as apresentações sobre os temas de sua relatoria, a saber:

- a) [MVNO - Relatoria: InternetSul](#);
- b) [Fair Share - Relatoria: Abrint](#);
- c) [Compartilhamento de Postes - Relatoria: Abramulti](#).

Os relatórios completos das apresentações podem ser acessados nos *links* acima.

Finalizadas as apresentações, o **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para que os demais membros fizessem comentários sobre os relatórios.

Rodrigo Schuch Wegmann da Silva (Associação Neo) parabenizou os relatores pelas apresentações.

No tocante ao MNVO, disse que esse mercado ainda não alcançou um nível de sucesso no Brasil. Em seguida, passou a listar as causas para essa situação:

- As três grandes operadoras de SMP (Claro, Tim e Vivo) cobram preços mais altos das MVNOs do que elas cobram de seus clientes de varejo; Apesar de as Ofertas de Referência de Produto de Atacado (ORPA) estabelecerem preços mais justos, as grandes operadoras impõem obstáculos para a celebração desse tipo de acordo com as MVNOs.
- O investimento que as MVNOs precisam fazer em seu *core* de rede é bem elevado.
- A falta de acesso das pequenas prestadoras ao espectro de radiofrequências. Para solucionar esse problema, é necessário garantir que, nos locais onde a detentora do espectro não o esteja utilizando de forma efetiva, as PPPs possam usá-lo em caráter secundário.

Sobre o *Fair Share*, disse que a Associação Neo ainda não possui uma opinião formada sobre o tema. Ele pontuou que a maior parte dos dados trafegados ocorre nas redes fixas, ainda que os usuários acessem essas redes por meio de dispositivos móveis. Sendo assim, quem acaba arcando com o custo do tráfego é a prestadora de rede fixa. No entanto, percebe-se que as grandes prestadoras estão defendendo uma maior remuneração de *fair share* a ser destinada ao mercado móvel, o que acaba não fazendo tanto sentido, dado que a maior parte do tráfego está nas redes fixas.

Além disso, ele destacou que no Brasil há mais CDNs da Netflix do que nos Estados Unidos, o que reduz a necessidade de tráfego de dados dessa empresa aqui no país. Em seguida, mencionou que a plataforma de jogos *online* Twitch deixou de atuar na Coreia do Sul devido aos altos custos de operação, especialmente a remuneração de *fair share*. Diante desse cenário, ele enfatizou que o tema deve ser avaliado com cautela.

Em relação ao compartilhamento de postes, disse que se o preço fosse justo haveria uma diminuição de prestadoras em situação irregular. O alto custo do compartilhamento é um impeditivo para expandir a infraestrutura de rede de acesso para as áreas rurais. Ademais, destacou que é necessário revisar a norma ABNT que trata do assunto, pois ela está totalmente defasada, visto que foi publicada em 1995, quando os postes eram ocupados apenas pelas concessionárias de energia elétrica e pelas poucas empresas de TV por assinatura.

Na sequência, destacou a necessidade de se remover o legado das redes nos postes: observa-se que uma parcela significativa das prestadoras de grande porte não realiza a retirada dos cabos quando os clientes cancelam os serviços. A taxa média de *churn* (cancelamento) da banda larga no Brasil situa-se entre 25% e 30% ao ano, representando aproximadamente 10 milhões de cancelamentos anuais.

Outro problema é a demora das distribuidoras de energia elétrica responderem às PPPs sobre os projetos de solicitação de compartilhamento de postes. Em alguns casos, elas nem chegam a responder.

Sergio Mauro da Silva Maia (Abrasat) parabenizou os relatores pelas apresentações.

Ele expressou concordância com o pleito constante na apresentação da InternetSul, que sugere à Anatel permitir que prestadoras de SCM e outros serviços (que não possuam outorga de SMP) possam participar dos leilões de radiofrequências. Ele ressaltou a importância dessa questão, destacando que já existem empresas integrando redes satelitais com redes LTE.

Fabiano André Vergani (InternetSul) parabenizou os relatores pelas apresentações.

Em relação ao *Fair Share*, disse que concordava integralmente com a apresentação feita pela Abrint.

No tocante ao compartilhamento de postes, mencionou que a InternetSul tem desenvolvido uma campanha no Rio Grande do Sul voltada a organizar os postes, chamada "Postes Limpos". Para solucionar o problema dos postes ressaltou que é necessário que haja diálogo entre os atores envolvidos (concessionárias, prestadoras de telecomunicações, órgãos reguladores, prefeitura e usuários) e, principalmente, inovação tecnológica.

Nesse sentido, mencionou que a startup Fixer, criada por ele, desenvolveu um equipamento que permite que mais cabos sejam fixados nos postes, de forma ordenada. Ele relatou que a cidade de Caxias do Sul possui uma lei que permite que empresas possam testar seus produtos, serviços ou modelos de negócios inovadores com flexibilização das normas regulatórias existentes (sandbox regulatório), o que foi fundamental para a realização de

testes com esse equipamento. Acrescentou que o equipamento será testado em outras cidades e já está sendo disponibilizado para testes no SENAI.

Em seguida, destacou a necessidade de remover os cabos legados e os fios drops dos postes. Nesse sentido, mencionou que as tubulações internas dos condomínios estão congestionadas, pois, quando um consumidor troca de operadora, a operadora anterior geralmente não retira os cabos.

Mauricélio Lucas de Oliveira Júnior (Abrint) ressaltou que o compartilhamento de infraestrutura das grandes prestadoras nunca funcionou de forma adequada, devido aos constantes entraves criados por elas. Ele destacou que a competição no setor de banda larga só se tornou possível porque as PPPs se desvincularam das grandes prestadoras e desenvolveram suas próprias redes. Agora, as grandes operadoras estão tentando dificultar o crescimento das MVNOs. Ele enfatizou a necessidade de a Agência atuar para permitir o desenvolvimento desse mercado.

Em relação aos postes, citou que há grandes distorções nos preços cobrados pelos pontos de fixação: enquanto há empresas que pagam menos de R\$ 2, outras pagam R\$ 20. Além disso, há a ocupação clandestina dos postes. Essa disparidade de preços gera um grande problema competitivo, além de incentivar a ocupação clandestina.

Ademais, Mauricélio ressaltou a importância de se transferir a gestão do poste ao agente posteiro, dado que as concessionárias de energia elétrica não fazem uma gestão e fiscalização adequada dessa infraestrutura.

Na sequência, destacou que é necessário que seja averiguado o relato trazido pela Abramulti de que parte da receita arrecadada com o compartilhamento de postes, a qual deveria ser direcionada à modicidade tarifária, não está sendo utilizada para esse propósito.

Em seguida, ele mencionou que há cidades com dezenas de operadoras em atividade. Portanto, não é razoável limitar a ocupação dos postes a no máximo seis operadoras.

Jony Cruz (Abramulti) mencionou que na 7ª Reunião Ordinária do CPPP, realizada em 8 de fevereiro de 2021, a Abramulti trouxe uma contribuição solicitando a revisão da Resolução nº 477/2007, visando viabilizar o uso do espectro em caráter secundário. Desde aquela época, a Abramulti já enxergava que as PPPs terão condições de levar a telefonia móvel para áreas remotas, assim como fizeram com a banda larga fixa.

Ele destacou vários fatores que contribuem para o sucesso das PPPs:

- Essas prestadoras já possuem redes robustas nas regiões atendidas, facilitando a interligação com os repetidores;
- O custo operacional diminuiu significativamente;
- Os fabricantes de equipamentos passaram a reconhecer a importância das PPPs, desenvolvendo produtos específicos para atender suas necessidades.
- O modelo de negócios das PPPs gera impactos sociais positivos, levando serviços a áreas onde as grandes prestadoras não têm interesse comercial.

- As redes das PPPs são essenciais em situações de emergência e calamidade pública. Um exemplo notável foi o rompimento da barragem de Brumadinho, onde a rede de uma PPP foi utilizada como última milha pelas grandes prestadoras, permitindo a localização dos celulares e, conseqüentemente, dos corpos das vítimas.

Na sequência, defendeu que as PPPs possam concorrer à faixa de 700 MHz no edital de licitação de radiofrequências.

Em relação ao *Fair Share*, ele afirmou que o conteúdo e as redes são interdependentes, ou seja, um não existiria sem o outro. Ressaltou que não vê nenhum benefício em intervir em algo que já está funcionando adequadamente. Em sua visão, a cobrança de *Fair Share* trará apenas prejuízos e perdas de conquistas para os usuários, pois todos os custos impostos aos geradores de conteúdo serão repassados ao consumidor final.

Ele destacou que a Anatel tem o papel de equilibrar as relações entre os participantes do mercado (prestadoras, consumidores e governo). Portanto, é essencial proteger o consumidor, que será prejudicado caso haja a cobrança do *Fair Share*. Além disso, ele alertou que o *Fair Share* pode comprometer a universalização do serviço, especialmente para as classes sociais mais baixas.

Robson Lima da Silva (Abramulti) destacou que o Brasil é um exemplo de competição no mercado de banda larga fixa, graças à existência das PPPs. Ele mencionou que a infraestrutura de rede no Brasil é mais moderna do que a dos locais que ele visitou nos Estados Unidos.

Em seguida, ele mencionou que as equipes de engenharia das distribuidoras de energia frequentemente fazem exigências para o compartilhamento de infraestrutura que não fazem sentido na prática. Em sua visão, a solução para esse problema é técnica, e as PPPs possuem um vasto conhecimento prático sobre o assunto. Ele ressaltou que grande parte das inovações mais significativas no setor foram introduzidas por essas empresas.

Robson também destacou que os postes são robustos e podem durar décadas se forem bem cuidados e se os limites de carga forem respeitados. Nesse contexto, ele concordou com Rodrigo Shuch sobre a necessidade de atualizar a norma ABNT que trata dos postes.

David de Oliveira Penha (Ministério das Comunicações) parabenizou os relatores pelas apresentações, especialmente por terem trazido casos concretos para o debate.

José Borges da Silva Neto (SCP) destacou que as discussões sobre MVNO estão inseridas no contexto da revisão do PGMC e de outra alteração regulatória. Explicou que quando a Resolução 550/2020 foi publicada, a Anatel entendia que o segmento de MVNO deveria operar principalmente com base nos princípios de livre iniciativa e livre negociação entre as prestadoras. No entanto, com a venda da Oi Móvel, que alterou significativamente o mercado, foi necessário aplicar remédios regulatórios para incentivar o mercado atacadista de telefonia móvel, o que impactou positivamente as MVNOs.

Ressaltou que o modelo de MVNO permite inúmeros modelos de negócios, o que exige que a Agência promova uma readequação das Ofertas de

Referência. Na presente revisão do PGMC, foram recebidas muitas contribuições, as quais estão sendo analisadas pela Agência.

Sobre o roaming, destacou a importância de as PPPs utilizarem o SNOA para fazerem seus pedidos, pois a Agência não consegue acompanhar os pedidos feitos em outros meios. Além disso, a falta de uso do SNOA pode sinalizar à Agência que a ferramenta não é necessária.

Em relação ao *Fair Share*, destacou que ele está sendo discutido no âmbito da Tomada de Subsídios sobre os deveres dos grandes usuários, a qual recebeu em torno de 1.340 contribuições. As contribuições refletem posições polarizadas entre os agentes do mercado. Destacou que a Agência está analisando essas contribuições de forma aprofundada.

Em relação ao compartilhamento de postes, relatou que as discussões com a equipe técnica da Aneel, que haviam sido encerradas por decisão daquela Agência, foram retomadas recentemente. Um dos pontos que a Anatel pretende solucionar com essa revisão do regulamento é a disparidade de preços cobrados. A Anatel entende que há algumas melhorias a serem feitas no modelo de custos elaborado pela Aneel, as quais permitirão a cobrança de um preço mais baixo, o que permitirá uma remuneração adequada às distribuidoras, o acesso às prestadoras aos postes e a diminuição do uso clandestino de postes.

Vinicius Oliveira Caram Guimarães (SOR) destacou que o uso eficiente do espectro é algo muito relevante para a Agência. Nesse sentido, mencionou que no portal da Agência foi criado recentemente um dashboard que permite que os interessados consultem quais radiofrequências estão sendo utilizados em caráter primário e secundário em cada município, o que facilitará os pedidos de uso em caráter secundário (<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/outorga-e-licenciamento/autorizacoes-e-licenciamentos-do-smp>).

Na sequência, destacou que há uma proposta na Anatel, sob análise do Conselheiro Alexandre Freire, visando simplificar e unificar às outorgas dos serviços.

Ressaltou o potencial que as PPPs têm de ampliar sua participação no mercado móvel. Disse que o Wi-Fi 6E *outdoor*, quando for liberado, pode vir a se tornar uma tecnologia relevante para as PPPs.

Em relação ao *direct-to-device*, mencionou que a Agência está aguardando a realização dos testes pela prestadora que solicitou a autorização. Ele destacou que essa tecnologia é revolucionária e tem o potencial de proporcionar uma vasta cobertura.

José Borges da Silva Neto (SCP) parabenizou o trabalho realizado pela SOR e ressaltou que em 2.700 cidades as prestadoras foram autorizadas a operar em caráter secundário.

Destacou que a Agência está avançado nos preparativos para lançar o edital de 700 MHz.

7. Apresentação da Skeelo

O Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP passou a palavra para Rodrigo Meinberg, CEO da Skeelo, fazer uma

apresentação sobre sua plataforma de livros digitais e dos benefícios fiscais que as prestadoras poderiam obter ao realizar parcerias com a plataforma.²

Finalizada a apresentação, **Mauricélio Lucas de Oliveira Júnior (Abrint)** destacou a importância da manutenção da Norma nº 4/1995 especialmente para as microempresas do setor, dado que a norma permite a separação entre os serviços de telecomunicações (tributados pelo ICMS com alíquotas maiores) e os serviços de valor adicionado (tributados pelo ISS com alíquotas menores).

Atualmente, muitas prestadoras já são multadas pelos fiscos estaduais, devido a esses órgãos não concordarem com a separação dos serviços. Caso a referida norma seja revogada, a situação dessas empresas será agravada, pois a norma serve de base jurídica para as PPPs recorrerem dessas multas perante os tribunais de justiça.

8. Planejamento do Evento Conecta Brasil 2024

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para o Secretariado do CPPP falar dos preparativos do Conecta Brasil 2024 previsto para 23 de outubro de 2024³.

Paulo Henrique Martins (PRUV) explicou que o evento Conecta Brasil ocorre anualmente desde 2017, com o objetivo de discutir temas relevantes para as PPPs. Ele mencionou que o Secretariado do CPPP havia entrado em contato com as associações para obter sugestões de temas para o evento e, até aquele momento, havia recebido as seguintes contribuições:

- Reforma tributária (Associação Neo);
- Norma nº 4/1995 (Associação Neo);
- Renovação da Lei do Fistel (Abrasat).

Destacou que os temas sugeridos para serem abordados nas reuniões ordinárias do CPPP também poderiam ser aproveitados para o Conecta Brasil.

Em seguida, ele mencionou que a ideia inicial era debater os temas na presente reunião. No entanto, como o tempo da reunião estava se esgotando, ele entraria em contato novamente com as associações em outro momento para chegar a um consenso sobre o tema.

9. Definição dos temas e do cronograma das próximas reuniões do CPPP

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** solicitou ao Secretariado do CPPP que entrasse em contato, em breve, com os membros do Comitê para definir os temas previstos para a próxima reunião ordinária. A reunião seria realizada de forma presencial na data provável de 24 de outubro de 2024⁴.

² O pedido de incluir esse item na pauta do CPPP partiu da Associação Neo.

³ Devido a questões operacionais que surgiram após a presente reunião, foi necessário remarcar a data do evento para 24 de outubro de 2024.

⁴ Devido a questões operacionais que surgiram após a presente reunião, foi necessário remarcar a data da 20ª reunião ordinária para 31 de outubro de 2024 e realizá-la de forma virtual.

Não houve manifestações de desacordo em relação ao encaminhamento sugerido pelo Presidente.

10. Encerramento.

Não havendo mais manifestações, **o Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** agradeceu a participação dos membros e disse que as manifestações feitas nessa reunião se mostraram muito importantes e que elas serão levadas ao conhecimento do Conselho Diretor da Anatel.

Na sequência, agradeceu a Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) pelo trabalho de Secretariado neste Comitê.

A reunião foi então encerrada pelo Presidente do CPPP.